



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de Psicologia

Projeto de Pesquisa:

Fazendo Comuns: a educação como projeto intra e co-geracional



A demanda de recreio escolar pelas crianças: com a palavra, as professoras

Neste texto, partimos da constatação, por meio de resultados de pesquisas, que o recreio escolar constitui uma demanda clara e orgânica das crianças, estudantes das escolas municipais do Rio de Janeiro. No entanto, e este é o objetivo deste texto, para que esta demanda das crianças se efetive, tornando o recreio escolar uma realidade que atende à reivindicação das crianças, é necessário escutar as/os professoras/es e a equipe escolar. São elas que podem, de fato, garantir que, a despeito das mais variadas atribuições e dificuldades do cotidiano da escola, o tempo da recreação e da brincadeira livre seja ofertado às crianças.

O projeto de pesquisa "Infâncias do Sul Global: teoria, pesquisa e formação de redes", coordenado pela professora Lucia Rabello de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), há anos pesquisa a infância a partir da perspectiva do Sul Global que propõe compreender as formas singulares da infância naqueles territórios que sofreram o empreendimento colonial a partir da Europa desde o século XVI¹. O projeto de pesquisa "Infâncias do Sul Global" deu origem ao atual projeto de pesquisa intitulado "Fazendo Comuns: A Escola como Projeto Intra e Co-Generacional". Com ele, objetivamos não somente aprofundar a reflexão das crianças sobre sua demanda política do recreio escolar, como também amplificar a discussão da pauta política do recreio com outros atores sociais, a fim de fomentar o debate na sociedade de forma mais ampla e incentivar medidas públicas adequadas às reivindicações das crianças. Assim, afirmamos a relevância de que a discussão da pauta política do recreio não pode ser limitada somente aos discentes, mas deve incluir os docentes responsáveis pela qualidade do espaço escolar que se oferta aos estudantes.

¹ Para aqueles que desejam saber mais sobre a relação entre infância e colonialidade/descolonialidade podem se referir à obra *Infâncias do Sul Global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e Brasil*, organizado por L. Rabello de Castro, Salvador: EDUFBA, 2021.

Diante disso, o projeto de pesquisa abriu vários espaços de discussão com os docentes sobre a pauta do recreio, de modo que a equipe escolar pudesse contribuir para o alargamento da compreensão sobre: i) a importância (ou não) da atividade recreativa livre na escola; ii) como e porquê ela frequentemente não ocorre; iii) qual é o papel das professoras e equipe escolar frente à demanda das crianças; iv) qual é o entendimento sobre o recreio como atividade formativa na escola. Iniciamos, portanto, ações de pesquisa que trabalham diretamente com as professoras² e outros funcionários da escola, a fim de, a partir desta escuta, construir um laço de apoio mais robusto e realista à luta dos estudantes pelo recreio escolar.

Nas atuais condições das escolas públicas, o recreio não é ofertado de forma homogênea, estando submetido a disputas de distintos interesses. Nesse cenário, o recreio pode virar sinônimo de horário de almoço, merenda escolar, ou de horário de saída antecipada para os estudantes que decidem não permanecer na escola para o recreio. Além disso, existem outras condições que moldam a oferta irregular e heterogênea do recreio: o tempo e o espaço de recreação se moldam de acordo com os afazeres das professoras e as insuficiências da escola. Por exemplo, quando não se tem quadra coberta na escola, e está chovendo, não há possibilidade de as crianças terem recreio. Ainda, quando a professora precisa transmitir um conteúdo importante, e julga que pode utilizar o tempo de recreação, já que a aprendizagem dos conteúdos lhe parece mais importante, então o recreio é dispensado.

A escola é o palco de diversas tensões e contradições: por um lado, há a expectativa produtivista do sistema educacional que, muitas vezes, desconhece as demandas e necessidades específicas de cada escola no seu território; por outro, as escolas são avaliadas pelo desempenho dos seus alunos/as nas provas nacionais, havendo ônus e bônus para as escolas a partir dos resultados. Múltiplas tarefas educacionais são demandadas às professoras, acarretando uma sobrecarga. Muitas vezes, o recreio das crianças é cancelado⁷ para priorizar o ensino de outros conteúdos, sobrepondo-os ao valor formativo do recreio. A infraestrutura da escola deixa, quase sempre, a desejar no que se refere a proporcionar um espaço de lazer e atividades livres

² Utilizamos, no texto, o feminino para indicar o público tratado, uma vez que a docência do ensino público infantil é predominantemente composta por mulheres (ver: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil>).

e seguras às crianças. Ao considerar essas questões, compreende-se que, apesar do recreio escolar ser uma pauta de demanda política das crianças, ele também é perpassado pela realidade do ensino escolar público e pelas aflições, preocupações e exigências em relação aos docentes sobrecarregados e pouco assistidos pelas instâncias superiores da gestão escolar.

O presente texto foi elaborado a partir da escuta de docentes e equipe escolar ao longo destes últimos anos da pesquisa; escuta essa registrada e coletada pelos pesquisadores do projeto. O texto objetiva refletir, com fidedignidade, a palavra dos/as docentes sobre a questão do recreio escolar, como demanda das crianças. Ressalta-se, aqui, a pluralidade dos relatos, que variam de acordo com as opiniões e experiências das profissionais com quem dialogamos. Sabemos³ que a fidedignidade de um texto não quer dizer recontar *ipsis litteris* a fala de um outro, mas dar a amplitude, complexidade e profundidade às múltiplas, e por vezes, contraditórias narrativas contidas nos diferentes depoimentos, neste caso, os docentes do ensino público. Implica, também, um trabalho interpretativo das falas que devem afetar e fazer sentido para aqueles que escutam as professoras, no caso os pesquisadores. Assim, a equipe de pesquisa do projeto é autora deste texto que, cremos, revela como as professoras, diante de incontáveis dificuldades estruturais vividas no exercício educacional, defendem ou não a existência do recreio, apontam os desafios para sua implementação, e justificam como o recreio – nos casos em que existe, seja indireta, parcial ou completamente – acaba sendo utilizado como “moeda de troca” e “meio de sobrevivência na escola”.

O presente texto tem também por objetivo construir um diálogo mais amplo com atores políticos externos à escola, tais como vereadores, conselheiros de comissões de direitos da infância, defensores públicos, juízes da infância e jovens militantes, de modo que a pauta política do recreio possa ganhar visibilidade e se colocar como questão de discussão pública.

A seguir, elencamos os principais eixos de discussão trazidos pelas docentes, a partir dos encontros vividos e dos relatos coletados que concernem o recreio escolar: i) a reflexão das professoras sobre sua profissão hoje; ii) a transmissão educacional e as

³ Nas ciências humanas e sociais, as metodologias qualitativas de escuta, registro, seleção e interpretação de falas e narrativas se constituem no âmbito intersubjetivo, como ações dialógicas em que há um outro que escuta, sempre seletivamente o que lhe parece importante, e reproduz. Como parte e resultado de um diálogo, qualquer texto é, portanto, perpassado pela interpretação, ou seja, a capacidade de *dar sentido ao que o outro diz, e como e porque diz*.

relações estabelecidas com as crianças e os jovens; iii) os riscos do recreio; iv) o recreio como aspecto de regulação do comportamento do alunado diante da precariedade do ensino público atual; v) as demandas às escolas de “bons resultados”; vi) das combinações sobre os direitos e deveres, tal como percebem as professoras; por fim, finalizamos o texto com o ‘Manifesto da Professoras’ que resume, sinteticamente, suas principais demandas a partir de sua análise da conjuntura educacional em que se encontram.

I) Discutir a importância do recreio convoca as professoras a refletir sobre sua profissão

Dos aspectos abordados no contato com as docentes, é necessário começar com a questão das suas funções enquanto professoras. Em maioria, elas afirmam que o objetivo único e primordial da profissão é lecionar a parte acadêmica dos conteúdos prescritos pelo Ministério da Educação, como Língua Portuguesa, Matemática e outras disciplinas. Na realidade, porém, as atividades de ensino são expandidas para dar conta de outras funções que se desviam da função original: atualmente, sobre elas também recai o trabalho de cuidado subjetivo e material dos estudantes. A título de exemplo, as professoras devem incentivar os alunos e manter sua motivação, além de realizar funções institucionais enquanto responsáveis pela saúde e pela alimentação básica das crianças. Por exemplo, em vários relatos de professoras, elas observam que, além de precisarem vacinar os estudantes, têm a tarefa extra de conferir seus passaportes vacinais. Ademais, na hora do almoço precisam servir, auxiliar e cuidar das suas respectivas turmas enquanto também almoçam, no tempo ínfimo que lhes sobra. Institui-se ainda às professoras a função de educar as crianças no sentido moral, isto é, dar a educação que se esperaria que viesse de casa. Nesse sentido, para garantir a efetividade do ensino, cabe às docentes a transmissão de valores morais às crianças, como gentileza e respeito ao próximo. Com isso, como ouvido algumas vezes ao longo do percurso da pesquisa, o papel da professora se confunde com o encargo de “mãe”. Ficam sobrepostas neste cenário, segundo a percepção das professoras, as funções de *ensinar e educar*, que se confundem.

O papel da professora é também confundido, além de “mãe”, com o encargo de assistente social; realizam malabarismos entre educação, saúde, higiene,

acompanhamento, educação moral e brincadeiras. Assim, sentem um esvaziamento do sentido pedagógico da escola. Sem os recursos de que precisam para lidar com todas essas funções, as professoras sentem-se abandonadas e sozinhas, além de incomodadas, com esse papel comunitário. Evidencia-se, desse modo, um esgarçamento do exercício profissional da licenciatura, uma perda da função tradicional da professora: muito além de ensinar o conteúdo, precisam também ensinar a viver. Professoras por todo o país solicitam afastamento de suas funções devido ao adoecimento que este sistema causa nelas, ou optam pela via da medicalização psiquiátrica.

II) A transmissão educacional e as relações das professoras com as crianças e os jovens

A problemática do ensinar perpassa, ademais, por críticas das professoras ao comportamento dos estudantes. Denuncia-se um mau comportamento observado pelo tumulto de conversas paralelas, discussões e brigas durante a aula, confundida, amiúde, como “hora de brincar”. Esse cotidiano escolar, de acordo com as professoras, é um exemplo de como a “falta” de valores morais das crianças se efetiva nas escolas. Daí, surge uma percepção inicial das professoras sobre a questão do recreio escolar. As professoras notam que o comportamento dos alunos se agrava sobretudo pela falta de um recreio instituído, afinal nem estudante, nem professora aguentam horas seguidas de atividades focadas na transmissão de conteúdo sem um momento ou espaço de relaxamento e descontração.

Para muitas professoras, um espaço de maior liberdade - como o recreio ao ar livre- é também propício a que se aflorem brigas, conflitos e confusões entre os estudantes. Daí, em defesa do ganho secundário de se evitar ainda maiores conflitos na escola, impõe-se para as professoras a opção de não se ofertar o recreio. Isso porque ele abriria maiores possibilidades para os estudantes darem vazão aos maus comportamentos: brigas, corridas pelo corredor, depredação da escola, entre outros. Mantê-los em sala é vista como a forma que se evitariam os atos de violência que relatam observar da parte do alunado. Ao serem instadas a pensar em possíveis causas para essas faltas de comportamento adequado, as professoras nomeiam a atual situação da família cujo modelo – transmitido pelos responsáveis – seria marcado por certa negligência com a educação dos filhos. As professoras também nomeiam a situação da

violência territorial como relevante, aspecto que impediria os jovens de brincar mais livremente na rua e conhecer as regras de convivência necessárias para se viver em sociedade.

III) Os riscos do recreio

Vivencia-se em muitas escolas públicas uma falta estrutural de funcionários, o que leva a não haver pessoal suficiente para acompanhar as atividades e ações das crianças durante o tempo de recreio. Mesmo se houvesse um espaço adequado, seja na sala, seja no pátio, em muitos casos, não haveria a possibilidade de descanso para as professoras, que precisam assumir o papel de inspetoras e cuidar para que as crianças não se machuquem.

As docentes relatam que muitas vezes se sentem inseguras em relação a dar o recreio para as crianças, devido aos inúmeros riscos que ele oportuniza. Um deles, é claro, devido ao grau de agitação em que as crianças se encontram no recreio, seria acidentarem-se. Se elas se machucarem, não é permitido pelo município que as professoras as tratem com medicamentos, apenas água, sabão, gelo e gaze. Ainda assim, elas questionam se seria uma atribuição das professoras prestar atendimentos socorristas a seus estudantes acidentados. O recreio escolar acaba se tornando, para essas trabalhadoras, mais uma forma de sobrecarga, já que também não há protocolos suficientemente claros de como agir, quem deve agir, que setores da sociedade devem ser acionados para cuidar da criança acidentada na escola. Uma demanda que as professoras reivindicam, nesse sentido, é a presença de profissionais da saúde na escola, de modo que os frequentes casos de ferimentos discentes sejam avaliados e acompanhados por trabalhadores capacitados. Percebendo a difícil viabilidade dessa proposta para o ensino público, concordam que o mínimo a ser ofertado seriam capacitações à docência sobre primeiros socorros. Destacam a importância de essas capacitações serem realizadas nas próprias escolas, para que tanto a equipe escolar quanto o alunado aprendessem noções básicas sobre primeiros socorros em casos de acidentes ou mal-estares.

A discussão torna mais agudos os problemas em escolas localizadas em territórios de violência policial deflagrada: as invasões em determinados territórios da

cidade geram temor das crianças de serem acertadas por balas “perdidas” nos pátios da escola. Por outro lado, as brigas entre crianças na escola fazem as docentes temerem a intervenção do tráfico nas escolas. Afinal, as professoras reconhecem que essas dificuldades institucionais são vividas mais intensamente em áreas menos favorecidas do Rio de Janeiro.

As docentes concluem que, apesar de as crianças ficarem frustradas e agitadas com a falta de recreio, ao serem mantidas em sala de aula não há, ao menos, riscos tão prováveis de acidentes com, e entre, elas.

IV) O recreio como aspecto de regulação do comportamento do alunado diante da precariedade do ensino público atual

Mesmo com as difíceis questões de comportamento do alunado, as professoras afirmam que não gostam de ter que tirar o recreio das crianças; entretanto, é algo que elas muitas vezes precisam fazer. Isso porque, mais relevante até que a retirada do recreio como uma estratégia para fazer as crianças prestarem atenção na aula, ela é, sobretudo, um meio de sobrevivência da professora na atual realidade escolar pública brasileira. E, é claro, aquele que precisa lutar por sua sobrevivência seria aquele que está em meio a uma situação extremamente perigosa. Esta situação perigosa, precária e violenta, como transmitem os relatos das professoras, é o enfrentamento diário do sucateamento do ensino público no Brasil. Elas vivem as mazelas de um projeto de desmonte da educação pública. Nos relatos, ouvimos professoras que se diziam “invisíveis”, “massacradas”, “abandonadas”, “sozinhas”, em relação ao Estado.

O insuficiente investimento na infraestrutura da escola por parte do Estado e do Município é um dos principais fatores, na opinião das professoras, para a inexistência do recreio nas escolas. As escolas municipais, em sua maioria, possuem pátios acidentados, descobertos, íngremes e pequenos demais para comportar todo o corpo estudantil em momento de intervalo. Estes espaços fazem com que dar recreio transforme-se em um risco à saúde dos estudantes, pois podem se machucar, o que dificultaria ainda mais o já esgarçado trabalho das professoras. Se houvesse uma robustez na infraestrutura das escolas, em termos de recursos humanos e espaço, elas

concluem que seria possível que o recreio fosse prescrito na grade e, portanto, garantido.

Lutar pela sobrevivência, aqui, subentende-se como prezar por uma função única junto às crianças, a de transmissão educacional. Todas as outras – como a função de inspetora que o recreio oportuniza – são vistas por elas como sobrecarga, e no limite, a abdicação de seu ofício. Parece existir uma luta interna em cada professora, visto que quanto menor for a sobrecarga, mais fácil será para a professora permanecer na profissão aguentando viver as mazelas do ensino público sem chegar à necessidade de tirar licença psiquiátrica, como muitas acabam por fazer. Em meio à invisibilidade perante os órgãos gestores do Município, portanto, pesa às docentes a responsabilidade de fazer o impossível. O recreio se torna, dessa forma, um problema menor para a professora, já que ela tem que investir suas energias, no seu dia a dia, lutando pelo direito mais basilar do estudante: o de ter aula.

V) As escolas convocadas e conflagradas para apresentar “bons resultados”

As novas e muitas formas de cobrança às docentes se fundamentam na lógica produtivista de “bons resultados” sob a qual as escolas municipais estão subordinadas. Tal lógica submete as profissionais a percorrer e realizar diversos procedimentos, gestados nas instâncias superiores da administração pública, que muitas vezes as professoras devem acatar sem discussão e com pouca autonomia de decisão. Tais procedimentos e orientações são constantemente alterados de acordo com o revezamento político-eleitoral dos gestores, e não exatamente com objetivos educacionais de longo prazo discutidos com as comunidades escolares. A título de exemplo, as professoras se veem convocadas a aplicar diversas provas no alunado concebidas por outrem e realizar atividades pouco aderentes à realidade específica de cada escola.

VI) Das combinações sobre os direitos e deveres, tal como percebem as professoras

Como meio de resistência ao esgarçamento do exercício profissional, é comum o relato da criação de “moedas de troca” na forma de combinados com a turma. Aí está, sobretudo, a serventia do recreio, empregado como ferramenta de controle da atenção e comportamental em sala de aula⁴. Caso os estudantes se comportem, cumprindo os deveres esperados, terão seus direitos assegurados e suas demandas acatadas; caso não, podem perdê-los. Assim, o recreio não se constitui como uma garantia incondicional. São garantias e direitos que devem ser merecidos, na opinião das professoras. O recreio pode ser dado pela professora para que as crianças se conscientizem da importância de prestar atenção na aula, ou ter bom comportamento com os colegas em sala. Como uma recompensa oferecida em troca de algo – comportando-se bem em aula, por exemplo-, a professora sinaliza que pode oferecer às crianças novos tempos de recreio caso elas ajam da mesma forma novamente. De forma análoga, pode-se retirar o recreio para puni-las, ou conscientizá-las do mau comportamento em sala de aula. O recreio torna-se uma “moeda de troca” extremamente eficaz, dessa forma. Ainda que a maioria das professoras relatem não gostar deste sistema de chantagem, elas concordam sobre os bons resultados a que ele chega. Com o recreio como um “direito condicional” se pode mudar a atitude dos alunos em relação a si e aos outros. A visão das professoras ecoa um discurso meritocrático (elas devem merecer o recreio) em oposição ao que as crianças demandam como parte importante e formativa da vida escolar.

Esses combinados de direitos e deveres são perpassados por um mal-estar generalizado no corpo estudantil público brasileiro. Para os estudantes, segundo as próprias professoras, a retirada do recreio significa a retirada de um momento de conexão e relacionamento, da pluripotência do brincar e da expectativa de respiração e liberdade.

Fica claro para as professoras como o recreio não é somente uma demanda das crianças, é também um jogo de forças, interesses e perspectivas, em que existem, simultaneamente, a voz da criança, a do professor, a da comunidade e a do governo. Suprimi-lo é uma forma que as professoras parecem encontrar para sobreviver no campo escolar, sucateado.

⁴ Além do recreio, as professoras servem-se igualmente do desligamento dos ventiladores, da proibição de ida ao banheiro, do veto do uso do celular, dentre outros, como dispositivos de controle de comportamentos em sala de aula.

O “Manifesto das Professoras”

A partir da análise que as professoras fazem da conjuntura educacional em que se encontram, expomos aqui suas principais demandas. Em primeiro lugar, há que se ressaltar que essa tarefa causou incômodo e mal-estar, e foi muito difícil. Muitas professoras têm medo de usufruir de seu direito democrático à manifestação por temerem a exposição, a perseguição e a retaliação, pois precisam manter seus empregos. Atestam também que, por serem funcionárias públicas, não podem legalmente criticar o governo que as emprega. As professoras cada vez enxergam menos sentido em tentar um diálogo com a CRE, pois esta, por vezes, utiliza discursos unilaterais que acabam individualizando e culpabilizando a figura da professora. Além do mais, algumas professoras reconhecem que as mazelas do ensino público já são conhecidas pela CRE, então os debates unindo ambos os lados seriam mais repetitivos do que produtivos. Elas relatam que, mesmo com questões ainda mais urgentes para elas que o recreio – como a infraestrutura precária e a insuficiência de profissionais na escola –, ressentem-se da falta de auxílio por parte das Coordenadorias. Neste desamparo, o recreio acaba sendo o menor dos problemas; antes do recreio, é direito da criança ter uma professora, dizem elas. O máximo que as professoras conseguem dar, e já a duras penas, é a sua aula.

Para nós, pesquisadores da infância, está claro que a crise das escolas tem se refletido no distanciamento entre as gerações de adultos e crianças em níveis de embate no campo escolar. Por mais que esse seja o status quo, há muitas professoras que reconhecem a iniquidade deste sistema e partem para buscar novas formas de vinculação com as crianças que não a via da punição. Estantes e caixas de livros autogestionadas, participação em rodas de conversa de projetos de pesquisa, assembleias e intervenções artísticas, são algumas das formas como as professoras com quem conversamos buscam produzir linhas de fuga para interromper este ciclo vicioso de violência institucional. Muitas professoras, de fato, advogam o direito das crianças pelo recreio e fazem o máximo para darem momentos de intervalo para as crianças, nem que seja em sala de aula. Elas acreditam em sua importância formativa, física, psíquica, cognitiva e relacional. Porém, para se alcançar o nível de regulamentação do recreio escolar, as professoras acreditam que primeiro é necessário que outras tantas demandas da escola pública sejam ouvidas e acatadas de modo que o recreio das crianças possa ser oferecido e desfrutado por elas.

É necessário reajuste salarial, investimento na infraestrutura da escola, aumento do número de concursos, estabilidade e seguridade na profissão e diminuição do produtivismo que recai sobre elas e sobre as crianças. As profissionais exigem a inclusão de mais agentes educadores para construir a concretização do recreio, e a adição de mais estagiários na alfabetização para escoar a sobrecarga de trabalho. É preciso que elas sejam amparadas pelo Estado e pelas CREs, e que não precisem sentir medo de expor suas insatisfações. Que também as famílias das crianças sejam amparadas por políticas públicas e projetos sociais, para que tenham as ferramentas para educá-las de acordo. E que a violência territorial deixe de ser a norma, para que as crianças não corram risco de vida ao brincarem na quadra. Assim, será possível estabelecer novas formas de aliança com as crianças, garantindo uma escola de qualidade, aulas dadas conforme o conteúdo prescrito e até mesmo, como os estudantes reivindicam, um recreio institucionalizado. Ressalta-se, por fim, a necessidade de o recreio institucionalizado se adequar às especificidades e demandas infraestruturais de cada colégio, facilitando a sua implementação e manutenção de acordo com a grade escolar.

Rio de Janeiro, agosto de 2024

Equipe do Projeto de Pesquisa 'Fazendo Comuns'

<https://fazendocomuns.com.br/>